

Estudo sobre Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

Projeto MIGAP – MigrAção no Porto

Abril 2025

BOOK TITLE Estudo sobre Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

CHAIRPERSON Joana Topa, CIEG/ISCSP-ULisboa & UMaia
Ana Luisa Martinho, CEOS.PP & ISCAP

EDITORS Ana Luisa Azevedo, CEOS.PP & Universidade de Vigo
Cláudia Pinto, CEOS.PP
Estefânia Silva, CIEG/ISCSP Lisboa & UMaia
Isabelle Tulekian, ISCAP
Joana Guimarães, CIIE – FPCEUP

PROOFREADER Olímpia Fernandes, ISCAP
Jéssica Carneiro, CEOS.PP & Universidade de Vigo

DESIGN Ricardo Soares

ISBN 978-989-9168-22-0

DOI <https://doi.org/10.56002/ceos.0124b>



LISTA DE AUTORAS E AUTORES

Amanda Zetsche, Ana Luísa Azevedo, Ana Luisa Martinho, Cláudia Pinto, Cristina Cardoso, Daniela Nogueira, Diana Aguiar Vieira, Estefânia Silva, Helen Cruz, Inês Granja, Isabelle Tulekian, Izabela Pinheiro, Jacqueline Rezende, Jéssica Carneiro, Joana Guimarães, Joana Marques, Joana Topa, Ludmila Fagir, Mafalda Gomes, Mariana Gomes, Mariana Holanda, Olímpia Fernandes, Rita Mota, Sara Silva, Tamirce Varkiria, Verônica Folha, Vinicius Carabolante

AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente a todas as pessoas migrantes que partilharam as suas histórias, bem como às diversas entidades parceiras que facilitaram o contacto com as e os participantes e com quem as quais tivemos o privilégio de colaborar.

Este trabalho beneficiou da colaboração de toda a equipa MIGAP, cujas diversas formações académicas e trajetórias migratórias contribuíram de forma significativa para cada fase da investigação.

Índice

1.	Enquadramento	10
1.1.	Orientações internacionais e nacionais	11
1.2.	O contexto nacional e local	12
1.3.	Pressupostos teóricos	16
2.	Metodologia	18
2.1.	Métodos	18
2.2.	Procedimentos	18
2.3.	Instrumentos de recolha de dados	19
2.3.	Análise de dados	19
	Tipologia de migração	20
	Motivos para a escolha de Portugal e do Porto	20
	A língua como elemento-chave de integração	20
	O acesso ao mercado de trabalho	20
	Migrações e questões de género	20
3.	Participantes	21
4.	Resultados: Migrantes no Porto: diversidade de perfis e percursos migratórios 25	
4.1.	Motivações para a migração	25
4.2.	Tipologia de migração	27
4.3.	Motivos para a escolha de Portugal e do Porto	28
5.	Resultados: Processo de integração: facilitadores e desafios	30
5.1.	A língua como elemento-chave de integração	30
5.1.1.	O fator diferencial da proveniência dos e das participantes: CPLP vs. outras nacionalidades	30
5.1.2.	A hierarquização da língua portuguesa	31
5.1.3.	Os cursos de Português Língua de Acolhimento	33
5.2.	O acesso ao mercado de trabalho	34
5.2.1.	As motivações económicas para a migração	34
5.2.2.	Os desafios intrínsecos e extrínsecos da integração no mercado de trabalho	35
5.2.3.	Do desalinhamento entre expectativas iniciais e realidade vivida	37
5.2.4.	Fatores Facilitadores	38
6.	Resultados: Discriminação percecionada e questões de género	40
6.1.	Discriminação percecionada	40
6.1.1.	Perceção de Discriminação e Xenofobia em Espaços Públicos e Digitais .	40
6.1.2.	Microagressões: Discriminação encoberta e quotidiana	40
6.1.3.	Reconhecimento de Privilégio e Discriminação Contra Outros Grupos	41
6.1.4.	Discriminação no Ensino Superior e no Mercado de Trabalho	42

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

6.1.5. Discriminação Múltipla: Nacionalidade e Idade	42
6.1.6. Discriminação Direta em Contextos Pessoais e Profissionais	43
6.1.7. Estratégias de Adaptação.....	44
6.2. Migrações e questões de género.....	44
6.2.1. Genderização das migrações.....	44
6.2.2. Papéis sociais de género	45
6.2.3. Interseccionalidade.....	47
6.2.4. Desafios psicológicos e de género	48
7. Considerações finais	50
Referências	52

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Dimensão da população estrangeira residente em Portugal	12
Gráfico 2 - Distribuição da população por faixas etárias	21
Gráfico 3 - Distribuição da população migrante por continente de proveniência	22
Gráfico 4 - Distribuição dos indivíduos da amostra segundo a sua situação habitacional.....	23
Gráfico 5 - Distribuição dos indivíduos por nível de escolaridade	24

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Total de residentes por Concelho no Distrito do Porto em 2021.....	13
Tabela 2 - População estrangeira com estatuto regular de residente na população residente: total e por sexo	14
Tabela 3 - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por sexo ..	14
Tabela 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente no Porto: total e por algumas nacionalidades.....	15
Tabela 5 - Temas e Subtemas	20

Lista de Abreviaturas

ACM - Alto Comissariado para as Migrações

AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo

AMP - Área Metropolitana do Porto

AT - Análise Temática

CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa

MIGAP - MigrAção no Porto

MIPEX - Índice de Políticas de Integração Migratória

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ONGs - Organizações Não Governamentais

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PLA - Português Língua de Acolhimento

SEF - Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

1. Enquadramento

O estudo “Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória” enquadra-se no projeto MIGAP - MigrAção no Porto, desenvolvido em parceria entre a Universidade da Maia (UMAIA), o Centro Interdisciplinar de Estudos de Género do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (CIEG/ISCSP-ULisboa), o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) e o Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto (CEOS.PP).

Este projeto surge da ausência de dados de caracterização das pessoas migrantes recém-chegadas à zona do Grande Porto, bem como das preocupações associadas às mudanças políticas, sociais e às suas potenciais implicações nestas pessoas e nos seus processos de inclusão social. O presente estudo, realizado entre maio de 2024 e dezembro de 2024, teve como principal objetivo caracterizar os perfis das pessoas migrantes que vivem no Grande Porto e compreender as suas trajetórias e desafios no processo de adaptação e inclusão social.

O presente estudo tem como ponto de partida a análise da expressividade e diversidade das pessoas migrantes residentes na região do Grande Porto, destacando a sua crescente presença e as especificidades das novas comunidades migrantes. No entanto, observa-se um contexto marcado pelo desconhecimento e pela invisibilidade dessas populações, o que dificulta a sua plena integração na sociedade local. Paralelamente, o crescimento de discursos anti-imigração tem gerado preocupações sobre suas implicações nos processos de inclusão, afetando diretamente a qualidade de vida e as oportunidades de participação cívica das pessoas migrantes. Este cenário é também influenciado por recentes mudanças institucionais, como a reestruturação do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e substituição do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). Com efeito, devido a estas alterações, a implementação de novas políticas pode impactar a gestão e o acolhimento dessas populações. Além disso, persistem processos de discriminação e exclusão social, enraizados em dinâmicas de patriarcado, colonialismo e outros sistemas de opressão, como abordado por diversos estudiosos (Fonseca, 2019; França & Oliveira, 2021; Gomes, 2018), o que revela um desafio constante na promoção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

1.1. Orientações internacionais e nacionais

A migração é analisada no campo dos direitos humanos. Compreender as vias migratórias como algo fundamental é inevitável para garantir não apenas o bem-estar daqueles/as que migram, mas também o desenvolvimento humano dos países de origem e destino. Uma sociedade que vê e trata a migração como um problema e que adota políticas restritivas não só discrimina e compromete a qualidade de vida da população migrante, como também limita o seu próprio desenvolvimento e progresso. Promover laços sociais baseados em preconceitos, violência(s) e desigualdades é uma forma de fragmentar os vínculos sociais e transformar um país num lugar injusto, onde os direitos humanos não são respeitados nem protegidos (Conselho da Europa, 1950; Nações Unidas, 1948). A perspetiva dos direitos humanos torna-se uma ferramenta fundamental para identificar e abordar as diversas situações de discriminação e violência que as pessoas migrantes podem enfrentar ao longo do processo migratório.

A nível internacional, e sem pretensão de exaustividade, destacamos os seguintes instrumentos de orientação política em matéria de migrações que também enquadram o nosso estudo:

- *O Action plan for refugee and migrant health in the WHO European Region 2023–2030 - World Health Organization Regional Office for Europe;*
- O Pacto Europeu sobre Migração e Asilo - Comissão Europeia;
- O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular - Nações Unidas;
- *O Action Plan on the Integration of Third-Country Nationals - Comissão Europeia;*
- A Agenda Europeia da Migração - Comissão Europeia.

A nível nacional, destacamos os seguintes documentos orientadores, os quais dão formam às políticas e práticas em matéria de integração de pessoas migrantes:

- O Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto), nomeadamente a Portaria n. 183/2020, de 5 de agosto acerca dos cursos de Português Língua de Acolhimento;
- O Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020
- A Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação - 2018-2030 “Portugal + Igual”

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

1.2. O contexto nacional e local

Segundo o Relatório de Migrações e Asilo 2023, verificou-se um acréscimo de 33,6% da população estrangeira residente em 2023 face a 2022, perfazendo um total de 1.044.606 cidadã-o-s estrangeir-o-a-s titulares de Autorização de Residência (AIMA, 2024).

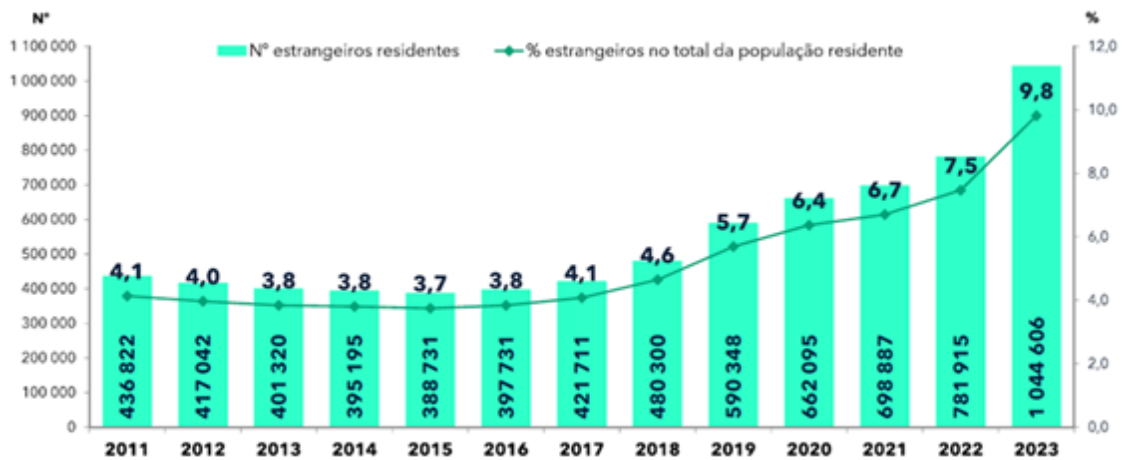


Gráfico 1 - Dimensão da população estrangeira residente em Portugal

Fonte: Oliveira, 2024

Entre os países da UE28, Portugal assume o 18º lugar quanto à importância relativa de estrangeir-o-a-s no total.

No que respeita ao perfil das pessoas migrantes em Portugal, verifica-se que a população estrangeira é tendencialmente mais jovem do que a população portuguesa, concentrando-se nos grupos etários ativos e férteis (Oliveira, 2023). A distribuição geográfica das pessoas estrangeiras residentes por Continente continua com um acréscimo generalizado, que se manifesta acentuadamente na América do Sul e África.

Relativamente ao contexto local, em 2022, mantendo a tendência de incremento dos últimos anos, todos os distritos aumentaram a sua população estrangeira residente, com as maiores taxas de variação positiva a verificarem-se nos distritos de Bragança (+23%), de Viana do Castelo (+22,4%), de Castelo Branco (+20,1%), do Porto (+19,8%), de Braga (+19,1%), de Aveiro (+16,2%), de Setúbal (+15,4%) e de Viseu (+15,2%) (Oliveira, 2023).

Os dados do relatório da AIMA (2024) elencam que o Concelho do Porto foi o que mais cresceu percentualmente comparativamente ao ano anterior, correspondendo a uma

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

taxa de variação de 52,8%. Este aumento de pessoas estrangeiras residentes no Concelho do Porto é acompanhado pelo Concelho do Seixal, com uma taxa de variação de 45,3%, e por Braga, com 41,2%.

Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2023), percebe-se que é nos Municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia que reside o maior número de população migrante (cf. Tabela 1).

Tabela 1 - Total de residentes por Concelho no Distrito do Porto em 2021

Distrito	Total	Homens	Mulheres
Total Distrito	55.473	27.101	28.372
Gondomar	3239	1522	1717
Maia	3796	1802	1994
Matosinhos	6311	2988	3323
Porto	18 950	9583	9367
Vila Nova de Gaia	10 504	4863	5641

Fonte: SEF, 2023

A análise da Tabela 2 permite identificar a proporção de população estrangeira com estatuto regular na população residente. Verifica-se um forte acréscimo da população estrangeira, no intervalo intercensitário. Em 2022, o Porto (9,8%) estava abaixo da proporção nacional (7,5%), mas encontrava-se bastante acima da proporção registada na Área Metropolitana do Porto (AMP) (3,9%).

Quanto ao sexo, embora a população masculina seja atualmente predominante em Portugal, na AMP e no Porto, o número de mulheres imigrantes é expressivo. Os valores apresentados foram atualizados de acordo com a versão 2024 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

Tabela 2 - População estrangeira com estatuto regular de residente na população residente: total e por sexo

	Total		Masculino		Feminino	
	2011	2022	2011	2022	2011	2022
Proporção (%)						
Portugal	4,1	7,5	4,3	8,2	3,9	6,8
AMP	1,5	3,9	1,6	4,1	1,5	3,7
Porto	3,2	9,8	3,6	10,9	2,9	8,8

Fontes de Dados: INE | AIMA/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

INE - Estimativas Anuais da População Residente

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2024-02-10

No Porto, em 2011, a população estrangeira com estatuto regular era de 7.680 indivíduos, sendo 3.885 do sexo masculino e 3.795 do sexo feminino, conforme apresenta a Tabela 3.

Em 2022, a população estrangeira com estatuto regular de residente era de 23.312 indivíduos, sendo 12.037 do sexo masculino e 11.275 do sexo feminino (ver Tabela 3). A população estrangeira com estatuto regular aumentou significativamente entre 2011 e 2022 para todos os territórios em análise. Os valores apresentados foram atualizados de acordo com a versão 2024 da NUTS.

Tabela 3 - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por sexo

N.º	Total		Masculino		Feminino	
	2011	2022	2011	2022	2011	2022
Portugal	434.708	781.247	218.170	409.258	216.538	371.989
AMP	26.682	69.038	13.180	34.351	13.502	34.687
Porto	7.680	23.312	3.885	12.037	3.795	11.275

Fontes de Dados: INE | AIMA/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2024-02-09

A Tabela 4 apresenta a população estrangeira com estatuto legal de residente no Porto,

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

por algumas nacionalidades, em 2011 e 2022. No ano de 2011, a população estrangeira com estatuto legal de residente era de 7.680 indivíduos, sendo os países com os valores mais altos o Brasil (2.284), outros países europeus (937) e Cabo Verde (801).

Em 2022, o número da população estrangeira com estatuto legal de residente aumentou para 23.312 indivíduos. Este aumento refletiu-se sobretudo nos indivíduos provenientes do Brasil (10.569), outros países europeus (1.893), Itália (1.365) outros países americanos (1.341) e outros países asiáticos (1.325). Os valores apresentados foram atualizados de acordo com a versão 2024 da NUTS.

Tabela 4 - População estrangeira com estatuto legal de residente no Porto: total e por algumas nacionalidades

N.º/Nacionalidade	2011	2022
Total	7.680	23.312
Espanha	423	789
França	112	748
Itália	201	1.365
Reino Unido	164	560
Ucrânia	456	194
Roménia	151	116
Moldávia	57	34
Outros países europeus	937	1.893
Angola	293	702
Cabo-Verde	801	548
Guiné-Bissau	104	246
Moçambique	80	297
São Tomé e Príncipe	103	165
Outros países africanos	296	826
Brasil	2.284	10.569
Outros países americanos	288	1.341

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

China	467	533
Índia	132	865
Nepal	3	155
Outros países asiáticos	318	1.325

Fontes de Dados: INE | AIMA/MAI - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2024-02-09

1.3. Pressupostos teóricos

Este estudo segue uma perspetiva construcionista social elegendo como quadro teórico estudos sobre migrações, teoria crítica e teoria da Interseccionalidade (e.g., Bastia et al., 2022; Castles & Miller, 1993; Crenshaw, 1991; Collins & Bilge, 2020; Foucault, 1975; Hankivsky & Hunting, 2022; Kilomba, 2022; McCall, 2005; Sassen, 2014). O construcionismo social afirma a noção de ciência como imparcial, apolítica e isenta de valores e assenta na desconstrução de categorias sociais, com o objetivo de promover a justiça social, melhorar o bem-estar da comunidade e apoiar grupos oprimidos (Parker, 1998). A teoria da interseccionalidade destaca a natureza interligada de múltiplas formas de opressão, reforçando a importância de uma abordagem interseccional (Collins & Bilge, 2020; Crenshaw, 1991; 2017) na compreensão das trajetórias.

O estudo enquadra-se numa abordagem crítica, decolonial e interseccional da investigação sobre migração (Grosfoguel et al., 2015; Tuck & Yang, 2012), onde os *critical border studies* fornecem uma estrutura para abordar o núcleo central entre fronteiras e migração no contexto situacional em análise (Mezzadra & Neilson, 2024). Os regimes fronteiriços operam como sistemas de controlo e gestão, funcionando através da legislação, securitização e tecnologias que institucionalizam, regulam, impedem ou desincentivam o movimento migratório (Everuss, 2023; Kukreja, 2023).

Inspirados pelas teorias críticas sobre a “raça”, enquadrámos a migração como profundamente interligada aos processos de racialização (Mbembe, 2014), em que a construção social da pessoa "migrante" assume uma conotação negativa no caso de grupos racializados e subalternos.

Face às tendências atuais em Portugal, a nossa abordagem também se baseia em investigações sobre a disseminação de movimentos populistas, de extrema-direita e

discursos xenófobos por toda a Europa (Corbet & Charles, 2020; Fernández García & Salgado, 2020).

Apesar de Portugal ter ocupado o 3.º lugar no Índice de Políticas de Integração Migratória (MIPEX) em 2020, com as suas políticas de imigração elogiadas pela abertura e tolerância, subsistem desafios estruturais na implementação dos direitos legalmente estabelecidos para as pessoas migrantes. Estes desafios têm sido amplamente documentados na literatura científica e destacados por Organizações Não Governamentais (ONGs), refletindo lacunas entre o enquadramento normativo e jurídico e a sua aplicação prática (Oliveira, 2023; Topa, 2016). Têm sido apontadas como algumas das principais dificuldades as seguintes (Oliveira, 2023; Peixoto, 2019):

- dificuldades na aplicação dos direitos legalmente definidos;
- atrasos nas respostas processuais;
- falta de conhecimento institucional por parte dos/as funcionários/as dos serviços locais;
- falta de conhecimento institucional por parte dos serviços de saúde;
- dificuldades no acesso à habitação;
- múltiplas formas de discriminação, nomeadamente no domínio do emprego;
- dificuldades no acesso à saúde;
- dificuldades no acesso à educação.
- dificuldades na aprendizagem do idioma;
- escassez de resposta para o cuidado das crianças;
- dificuldades de reconhecimento das qualificações e experiências profissionais anteriores.

2. Metodologia

2.1. Métodos

O presente estudo, de cariz qualitativo, foi desenvolvido no âmbito do projeto MIGAP, com o objetivo de caracterizar os perfis dos migrantes residentes no Porto e analisar as suas trajetórias e desafios no processo de migração e inclusão. Adotando um paradigma social construcionista e crítico e uma epistemologia feminista interseccional, com foco nas subjetividades e perspetivas únicas dos/as participantes, a abordagem metodológica qualitativa tornou-se crucial para o desenvolvimento deste estudo.

2.2. Procedimentos

Os participantes foram recrutados através de um método de amostragem de conveniência. Este método envolveu a partilha do estudo através das redes sociais e de organizações parceiras. Os/as participantes tinham de cumprir os seguintes critérios de elegibilidade: ser nacional de um país terceiro (não comunitário); ser residente ou ex-residente nos municípios do Porto, Valongo, Gondomar, Maia, Matosinhos ou Vila Nova de Gaia; ter 18 anos ou mais; ser fluente em português, espanhol, inglês ou francês e viver em Portugal há, no mínimo, três meses e, no máximo, cinco anos. Foi utilizada uma técnica de amostragem em bola de neve (Vinuto, 2014), encorajando os/as participantes a indicarem outros potenciais interessados/as que cumprissem os critérios de inclusão para alargar o grupo de participantes. Desta forma, procurámos obter uma amostra com o máximo de diversidade (Creswell & Creswell, 2018). As entrevistas foram solicitadas através de contacto telefónico direto ou por correio eletrónico com os/as participantes, após obtenção do seu consentimento. Este estudo cumpriu todos os princípios éticos da investigação e do tratamento de dados pessoais, incluindo o consentimento informado, que abrangeram o carácter voluntário da participação, o anonimato, o tratamento e armazenamento dos dados e o tratamento confidencial da informação. Foi aprovado pelo Conselho de Ética do CEOS.PP. Deste modo, no início de cada entrevista, foram explicados os objetivos do estudo, foi assegurado o seu anonimato e a confidencialidade e foi solicitada autorização prévia e explícita para a gravação e posterior transcrição das entrevistas. As entrevistas foram realizadas presencialmente e online, consoante a conveniência dos/as participantes. A recolha de dados decorreu entre maio e julho de 2024, tendo cada entrevista uma duração aproximada de 40 minutos.

O princípio da saturação teórica (Rahimi & Khatooni, 2024) foi atingido quando a recolha de dados foi considerada saturada e a amostra foi encerrada. Isto significa que a amostragem teórica tinha sido definida e os dados tinham sido recolhidos e sistematicamente analisados. Não surgiram factos novos e todos os conceitos da teoria estavam bem desenvolvidos. Os conceitos e as ligações entre os conceitos que formam a teoria foram verificados e não foram necessários dados adicionais.

Para proteger a identificação dos/as participantes no estudo, foi criado um código que inclui o número da entrevista, o género e as iniciais do país de nascimento. Por exemplo, o código [P38hAng] corresponde à entrevista 38, o género é masculino (h-homem) e a pessoa é de Angola.

2.3. Instrumentos de recolha de dados

Para a recolha de dados, foi utilizado um guião de entrevista semiestruturado, traduzido para português, inglês, francês e espanhol. O guião estava dividido em duas partes: a primeira estava relacionada com a entrevista propriamente dita, que incluía questões semiestruturadas que permitiam responder ao objetivo da investigação, e a segunda correspondia à recolha dos dados biográficos das pessoas participantes. Ao longo do processo de entrevista, o guião funcionou apenas como uma orientação geral, permitindo flexibilidade na sua aplicação em função das respostas e do contexto da pessoa entrevistada.

2.3. Análise de dados

Cada entrevista foi transcrita na íntegra e a Análise Temática (AT) foi efetuada de acordo com a abordagem de Braun e Clarke (2006). Esta abordagem qualitativa é uma ferramenta de investigação flexível, que permite a identificação, análise e interpretação de padrões (temas) nos dados, contribuindo para uma compreensão mais profunda do assunto em causa. A análise foi essencialmente dedutiva (teórica), uma vez que foi orientada pelos conhecimentos obtidos na revisão da literatura. No entanto, surgiram também novos temas diretamente dos dados, introduzindo um elemento indutivo que enriqueceu a análise global. Um dos principais pontos fortes desta investigação, baseada num paradigma construcionista, é que a equipa de investigação não é meramente responsável pelo estudo, mas está ativamente envolvida em todo o processo de investigação (Parker, 1998).

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

Os procedimentos analíticos seguiram as seis fases definidas por Braun e Clarke (2006): 1) familiarização com os dados; 2) geração de códigos iniciais a partir das entrevistas transcritas, segundo os quais foram identificadas características num organizador central que gerou temas e subtemas; 3) pesquisa de temas, reunindo todos os dados relevantes para dar origem a um potencial tema; 4) revisão do tema para confirmar que os extratos de código são descritivos do tema; 5) definição e nomeação de temas; 6) relato através da construção de uma narrativa coerente dos dados.

A análise dos dados, incluindo a codificação e a categorização, baseou-se no consenso intersubjetivo da equipa de investigação. O estreito envolvimento das investigadoras com a migração e os diversos contextos sociais facilitou uma compreensão mais profunda das narrativas dos participantes no âmbito das suas realidades específicas e uma interpretação mais matizada do seu discurso no contexto em que foi produzido.

Deste modo, a análise temática permitiu-nos identificar um conjunto de temas e subtemas nos discursos dos/as 73 entrevistados/as que apresentamos na Tabela 5.

Tabela 5 - Temas e Subtemas

Temas	Subtemas
Perfis e Percursos Migratórios	Motivações para a migração
	Tipologia de migração
	Motivos para a escolha de Portugal e do Porto
Processo de integração: facilitadores e desafios	A língua como elemento-chave de integração
	O acesso ao mercado de trabalho
	Discriminação percebida e questões de género
	Migrações e questões de género

3. Participantes

A população entrevistada é composta por 73 participantes, 42 mulheres (57,5%) e 31 (42,5%) homens. Das 70 pessoas que responderam à questão sobre a idade, verifica-se que as suas idades se encontram distribuídas entre os 19 e os 63 anos. A média de idade das pessoas participantes é de aproximadamente 35 anos.

No Gráfico 2 é apresentado a população participante no estudo distribuída por faixas etárias.

Observa-se que a categoria com o maior número de pessoas pertence ao grupo etário de 26-35 anos, com uma frequência de 30 indivíduos. Segue-se a faixa etária de 36-45 anos, que apresenta também um número considerável embora inferior ao grupo anterior, com 19 indivíduos. As categorias etárias de 18-25 anos e 46-54 anos apresentam um valor semelhante de indivíduos, 9 pessoas no caso da primeira faixa etária e 8 indivíduos na segunda faixa etária em questão, situando-se ambas num patamar intermédio. Já a faixa etária de 55+ regista o menor número de participantes, 4 no total indicando, por isso, uma menor representatividade desta faixa etária na amostra analisada.

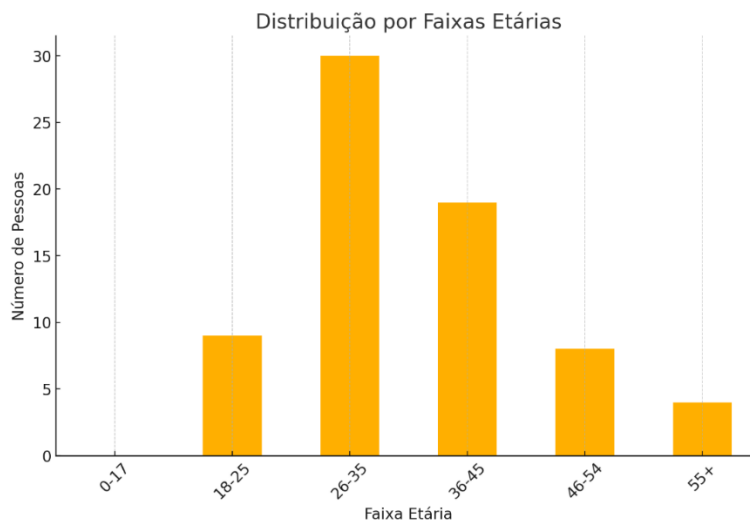


Gráfico 2 - Distribuição da população por faixas etárias

Em relação aos continentes de proveniência dos/as participantes, é possível verificar no Gráfico 3 que a maioria das pessoas entrevistadas provêm da América do Sul (n= 25) e da América Central (n= 22).

No que se refere ao continente africano, participaram 18 indivíduos, sendo 8 pessoas

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

provenientes do norte de África e 10 migrantes com origem na África subsariana.

A nacionalidade brasileira predomina, com 23 pessoas participantes no estudo, o que em muito contribui para a grande percentagem de população proveniente da América do Sul. A nacionalidade colombiana está representada em segundo lugar, porém bastante distante da primeira, com apenas 8 pessoas.

Em representação dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), temos neste estudo 35 pessoas (48%), as quais constituem quase metade da população participante no projeto.

Do continente asiático existem, no total da amostra analisada, 5 pessoas, nomeadamente uma pessoa do Bangladeixe, três da Índia e uma de Timor-Leste.

No que à Europa diz respeito, há 3 pessoas originárias da Ucrânia, o que possivelmente estará relacionado com o conflito entre a Rússia e a Ucrânia que se iniciou em fevereiro de 2022.

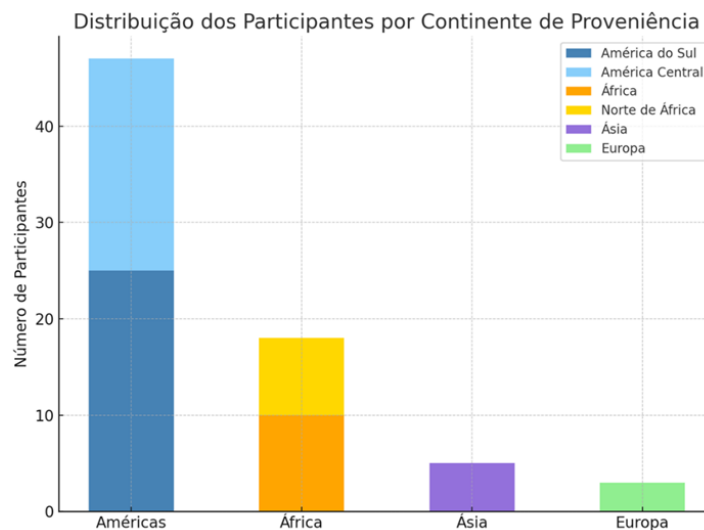


Gráfico 3 - Distribuição da população migrante por continente de proveniência

A maioria das pessoas entrevistadas, 40 pessoas, reside atualmente no município do Porto, seguindo-se o município de V.N. Gaia, com 13 indivíduos, e Gondomar-Valongo, com 12 participantes.

A maioria reside em habitação arrendada (n=50), sendo esta a categoria mais representativa, cerca de 40 participantes arrendam a casa/apartamento sozinhos ou com as suas famílias e, aproximadamente, 12 pessoas arrendam casa/apartamento

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

com outras pessoas não pertencentes ao seu agregado familiar, tal como pode ser visto no Gráfico 4.

Por outro lado, um número menor de indivíduos migrantes reside na casa de familiares que já se encontravam em Portugal, enquanto as categorias de ‘casa emprestada’, ‘situação temporária de sem-abrigo’ e ‘residência de estudantes’ apresentam uma frequência bastante reduzida, indicando que estas situações de habitação são menos comuns entre os participantes do estudo.

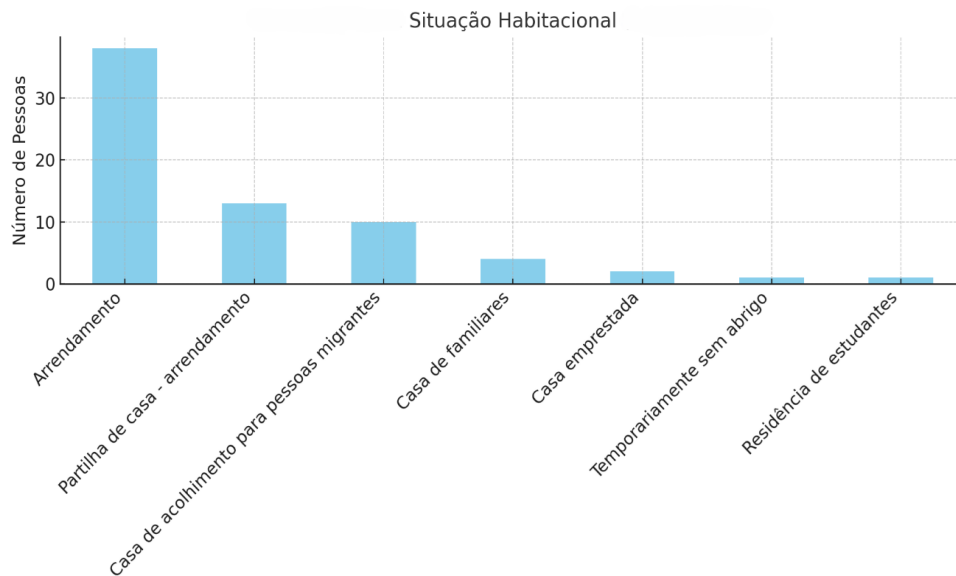


Gráfico 4 - Distribuição dos indivíduos da amostra segundo a sua situação habitacional

Estes dados refletem uma prevalência do arrendamento como principal solução habitacional no país, possivelmente influenciada por fatores socioeconómicos, acesso à habitação e condições de mobilidade destas pessoas.

Relativamente à situação perante o emprego quatro participantes encontram-se a estudar, 21 referem estar em situação de desemprego e a maioria (n=47) encontra-se empregada. Não se tratando de uma questão direta, duas pessoas entrevistadas referem que se encontram empregadas, mas sem contrato formal, ou seja, em situação precária.

O Gráfico 5 mostra a distribuição dos indivíduos de acordo com o seu nível de ensino, seja este concluído ou apenas frequentado. Observa-se que a maioria dos/as participantes tem, frequenta ou frequentou o ensino superior, totalizando 43 indivíduos (59% aprox.), nomeadamente graus de bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento. Em seguida, o ensino secundário representa 24 respostas (33% aprox.),

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

enquanto o ensino básico é o menos frequente, com apenas 2 indivíduos (2,7%).

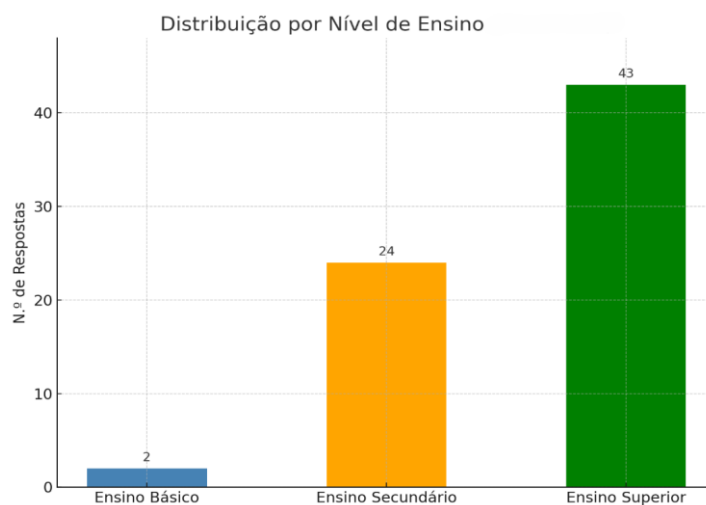


Gráfico 5 - Distribuição dos indivíduos por nível de escolaridade

Estes resultados indicam que as pessoas entrevistadas possuem um elevado grau de qualificação académica, o que pode influenciar outras variáveis deste estudo, como a empregabilidade e a sua situação económica.

4. Resultados: Migrantes no Porto: diversidade de perfis e percursos migratórios

A partir da análise dos dados das entrevistas realizadas com as pessoas migrantes deste estudo emergiu uma das primeiras dimensões analíticas denominada de percurso migratório. Foi possível verificar uma diversidade de fatores que impulsionaram dinamicamente a migração destas pessoas ou a sua vontade e capacidade de migrarem.

4.1. Motivações para a migração

Apesar de se verificar que a maioria dos/as participantes migrou para Portugal na expectativa de ser uma migração permanente, alicerçada na expectativa do *betterment migration* (e.g., melhoria das condições de vida e de segurança) (Castles & Miller, 1993) tal como expressam os seguintes discursos,

“Era um desejo de sair, o desejo de ir para um outro lugar, né? De ir para uma vida mais tranquila. Tenho filhos, então pronto, segurança, educação, tudo isso e uniu nesse sentido de eu ter mais um título, né? Incrementar o meu currículo, ter mais um título, tudo, tudo casou.” [P07mBra]

“Nosotros en Venezuela estamos en una situación económica, y no sólo económica, social, difícil. Entonces, nos llevó también a algunos acontecimientos de situación económica, no, financiera propia. Yo tengo mi familia, que es mi mujer y mi hijo. Y nos llevó la decisión de venir para Portugal.” [P52hVen]

Na generalidade, as pessoas migrantes entrevistadas neste estudo revelam como fator impulsionador para a migração o investimento e o progresso científico e académico, facilitado por acordos e pela atribuição de bolsas de estudo ao nível do ensino superior, como destaca o seguinte discurso: *“Ganhei uma bolsa de doutoramento aqui na universidade. Foi por isso que eu vim para aqui”*. [P69mEqu]

Um outro aspeto que motivou a migração destas pessoas foi a melhoria das condições de vida. Para algumas pessoas participantes, a migração foi encarada como uma tábua de salvação para fazer face às dificuldades materiais pelas quais passavam, dificuldades essas impulsionadas pelo desemprego, pelos baixos salários auferidos e outros fatores como o sistema de saúde precário dos seus países de origem:

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

“As minhas razões são porque eu pretendia ter uma vida melhor, já que no meu país, trabalhar é muito difícil, é muito difícil encontrar um trabalho estável, e o salário no meu país é muito baixo e as coisas lá são muito caras, então estou à procura de um país com melhores condições, para a vida ser mais fácil”.
[P48mSal]

“...tivemos que tomar essa decisão por vários motivos, por vários motivos... Um desses motivos é mesmo um problema de saúde, [pausa] sistema de saúde precário em Angola. Outro motivo [pausa] é o desemprego. Eu praticamente fiquei quase seis anos desempregado em Angola [P38hAng]

Ainda que com pouca expressão, as questões da segurança, foram também destacadas, em especial nas narrativas das mulheres migrantes deste estudo. Da análise, verifica-se um fluxo migratório em busca de proteção, mais propriamente face ao cenário de guerra mundial e face à situação política e repressiva dos seus contextos de origem, mas também de fuga a situações de violência em contexto familiar.

“foi quando começou a guerra na Ucrânia...como toda a gente estava a fugir, não se sabia o que é que vai acontecer nos primeiros dias. Pronto, logo no primeiro dia, tenho tudo notificado lá nos documentos do SEF, que ela pegou na filha e estava a fugir para Portugal, porque estou cá eu, a irmã. [P25mUcr]

“tomamos a decisão os dois porque em Colômbia a situação é muito complicada, demasiada violência, insegurança que persiste... sim basicamente por violência, insegurança e também um bocadinho pela parte política porque estava por trocar de governo: Então basicamente por isso, porque o governo estava por mudar e eu estava a trabalhar com uma entidade do governo”. [P68mCol]

Destacam-se, ainda, nestes fatores impulsionadores o querer aprender uma nova língua, conhecer e viver uma outra cultura diferente como forma de desenvolvimento pessoal e profissional, bem como o desejo de querer ter a família reunida.

“quando você tá disposto a deixar teu conforto pra encarar um outro país, uma outra cultura, eu acho que você tá assinando ali um contrato de desenvolvimento pessoal, porque cada dia é um aprendizado novo, eu acho que eu vim mais em busca disso mesmo, pra eu melhorar como pessoa, como profissional, e o desafio é diário, a gente sabe que o desafio é diário, não é fácil”. [P40hBra]

Por último, surge a migração como um projeto de vida numa idade mais avançada, mas também em algumas famílias enquanto projeto de educação para os seus filhos e filhas.

“A minha situação no meu país, Colômbia, é uma situação onde eu percebo que

não é fácil as condições para ter uma qualidade de vida, para chegar à minha velhice em boas condições. Então, tomei a decisão de vir para Portugal em busca de uma melhor oportunidade, um melhor projeto de vida e obter uma boa velhice”. [P18hCol]

“Uma vida melhor para os meus filhos, um lar melhor, também. Uma vida melhor, mais estável, né? Sem violência. Uma vida melhor. O estudo também bem melhor aqui do que no Brasil, pude perceber também. [P21mBra]

4.2. Tipologia de migração

Os distintos fatores presentes nas pessoas participantes do nosso estudo vêm claramente mostrar que a migração é uma decisão tomada num contexto de necessidades pessoais, de desafios e oportunidades de subsistência e a partir de uma combinação complexa de fatores que se medeiam mutuamente e moldam conjuntamente as decisões de migração e as dinâmicas e padrões de migração mais amplos.

Embora se verifique um processo migratório por decisão própria e autónoma, a migração por decisão familiar é mais prevalente nas pessoas migrantes participantes deste estudo, assumindo serem as mulheres, em muitas destas decisões familiares para a migração, a principal influência para que isso acontecesse.

“I apply for a master’s in orthodontics. I’m a dentist, so I applied for this opportunity and I got the interview. They said that I was in. And I talked to my husband that I had this opportunity to go to another country, to Portugal, and he was so excited”. [P08mHon]

Os dados revelam que existe por parte das pessoas migrantes deste estudo um processo de preparação prévio para a migração incidindo em três aspetos: informativo, financeiro e psicológico. A nível informativo, as pessoas participantes visitaram vários *sites* de pesquisa e assistiram a vídeos de *Youtube* sobre como viver noutra país, como ter acesso a documentos e conhecer as regiões de cada país. Recolheram ainda informação em redes sociais como o *Facebook*, a partir de comentários nas redes sociais, mas também junto de amigos ou conhecidos que já cá estavam. Em menor número, alguns participantes relataram terem visitado Portugal antes de imigrar. Verifica-se, ainda, um processo de preparação em termos psicológicos, de modo a gerirem as saudades da família, e no aspeto económico, no sentido de conseguirem uma almofada confortável para garantirem apoio nos primeiros meses até conseguirem trabalho.

“Eu li muito sobre como conseguir cada documento, vi muito site...fiz um

planejamento para ficar aqui 6 meses sem emprego. Então eu fiz esse planejamento já pensando nisso e na primeira semana consegui me adaptar e correr atrás de documentos. E na segunda semana, de facto mesmo, é que eu fui procurar emprego. E por conta desse planejamento que eu tive...não passei nenhuma necessidade... deu tudo certo...e planejamento psicológico também. Estar longe da família, do nosso conforto, tudo isso envolveu um planejamento”.
[P01mBra]

4.3. Motivos para a escolha de Portugal e do Porto

A escolha de migrar para Portugal não surge como primeira opção. Tendo já algumas das pessoas experiência migratória noutros países, a maioria das pessoas participantes elegem Portugal pela facilidade no processo de regularização, pela qualidade de vida e segurança e pela afinidade histórica e linguística.

“...tínhamos uma lista muito pequenina e exploramos várias opções e uma delas era Portugal e depois foi o caminho mais simples se calhar. Porque a documentação era menor, os requisitos eram menos também, então por isso”.
[P68mCol]

“...nosso primeiro plano não era Portugal. Realmente era a Espanha, porque nossa família é espanhola. Mas há muitas dificuldades migratórias em Espanha
[P55hVen]

“eu me sinto mais segura cá em termos de qualidade de vida, eu consigo viajar mais, eu consigo aproveitar, por mais difícil que seja, eu trabalho quase todos os dias, mas é essa segurança, muitas vezes que a gente tem de estar num lugar mais tranquilo” [P14mBra]

“Escolhemos Portugal porque nós nascemos, crescemos, ouvir que Portugal é um país irmão dentro daqueles que temos na Europa. E aprendemos também com aquilo que é a história que estudamos, sempre vimos que havia muita aproximação com Portugal”. [P47hAng]

As redes sociais influenciam não só se e como a migração ocorre, mas também para onde as pessoas migrantes se deslocam predominantemente. Pelos dados recolhidos, verifica-se que as pessoas participantes deste estudo elegem o Porto pela necessidade de quererem estar perto de pessoas que já conhecem, mas também por quererem fugir a um grande centro urbano como Lisboa.

“Não, vamos para onde a gente já conhece gente”. [P04mBra]

“a escolha era Porto porque não queríamos lisboa porque Lisboa é muito grande

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

e estamos nesse momento em (xxx) que é a capital, queríamos uma região mais pequena”. [P68mCol]

Para além de ouvirem falar positivamente do Porto, as pessoas migrantes participantes deste estudo destacam a mobilidade e a acessibilidade a transportes públicos como aspetos positivos, elegendo o Porto como a cidade do coração.

“E eu estou no Porto mesmo porque já tinha essa experiência, já conhecia a cidade, sou apaixonada pelo Porto, gosto muito daqui das pessoas, então acabei realmente de escolher o Porto mesmo para morar. [P01mbra]

“e o Porto é a cidade do Coração da [nome da esposa], né?”...” Ela ama essa cidade, né? [P06hBra]

“a infraestrutura da cidade, não é perfeita, maravilhosa, pode melhorar em alguns aspetos, mas atende super bem às necessidades. Então, sim, não tive nenhuma dificuldade, para mim foi bem tranquilo entender as linhas de metro, os autocarros”. [P13mBra]

Apesar de ser percecionado em algumas narrativas como um bom acolhimento, a ausência de uma rede de cuidados, as condições e os custos com a habitação foram desafios sentidos que contrariam as expectativas que estas pessoas tinham inicialmente.

“Já apareceu oportunidade de trabalhar, mas não tem onde deixar a criança. As creches estão todas preenchidas”. [P38hang]

“Para mí fue supremamente difícil arranjar casa, muy difícil, precios muy elevados. Sitios, que en mi opinión personal pues no son dignos para las personas”. [P65mcol]

5. Resultados: Processo de integração: facilitadores e desafios

“Tínhamos perdido a nossa língua, o que representa que perdêramos a naturalidade das reações, a simplicidade dos gestos, a expressão não afetada dos sentimentos”
Hannah Arendt, 1943

5.1. A língua como elemento-chave de integração

No contexto atual da globalização e de mobilidade resultante, no seu essencial, de fatores históricos, económicos, políticos, sociais e ambientais, a migração ganhou novos contornos a partir dos anos 90, tornando a comunicação uma questão ainda mais central. As migrações de grande escala a nível mundial afetaram de maneira significativa o dia-a-dia de populações que, até então, viviam longe umas das outras e não estavam habituadas à convivência, que se distinguiam pelas línguas que falavam, pelas suas experiências e visão do mundo, assim como pela atitude no trabalho ou na vida. Em geral, apresentavam diferenças culturais nítidas. Como instrumento primordial para a comunicação, a língua, entre outras características humanas, não pode ser um obstáculo na afirmação dos direitos fundamentais da pessoa, fora ou dentro do seu país de origem, e na sua plena participação nas sociedades democráticas.

Nas entrevistas feitas a migrantes no âmbito do projeto MIGAP, notou-se uma tendência generalizada quanto à consciência do papel da língua como elemento-chave de integração: *“O primeiro é a linguagem, pois o idioma é muito importante, porque tem que falar a língua portuguesa”* [P69mEqu-Por]

Várias pessoas entrevistadas afirmam, nomeadamente, que tinham escolhido Portugal para completarem os estudos e destacam a língua como instrumento essencial para poderem estudar: *“Yes, it's very important for speak with the people or speaking with people. And for study for me, for example.”* [P26mMar]

Finalmente, parece nítido nas entrevistas que a língua será um fator determinante na procura de um emprego: *“Here, I cannot find a job without a good language.”* [P62hUcr]

5.1.1. O fator diferencial da proveniência dos e das participantes: CPLP vs. outras nacionalidades

Considerando a totalidade das entrevistas, verificam-se diferenças quanto à questão linguística em função da proveniência dos e das pessoas migrantes.

De um lado, as pessoas migrantes oriundas de países lusófonos sentem-se beneficiadas pelo facto de falarem a língua portuguesa. Quando questionadas nas

entrevistas sobre a razão pela qual escolheram Portugal como país de destino, citam a língua como fator motivador e facilitador: *“E porquê Portugal? Seriam duas coisas, uma pela língua, a facilitação da língua, e outra pela facilitação do passaporte europeu.”* [P11hBra]. Mas também, outro testemunho: *“a questão da língua por ser uma língua que é uma língua materna minha, então também tem esta facilidade”*. [P16mMoç]. E, por último: *“Portugal é a tua segunda casa... Portanto... Primeiro por causa da língua.”* [P53mAng]

Do outro lado, as pessoas migrantes oriundas de países não lusófonos sentem grandes dificuldades por não saberem falar a língua portuguesa, conforme indica uma pessoa oriunda da Colômbia: *“El idioma. La barrera del idioma és complicada”*. [P27hCol]. Outro testemunho de uma pessoa migrante vinda da Argélia: *“Le seul problème, ici en Portugal, c’est la langue. Vous avez une langue très difficile.”* [P29mArg]. E, por último, uma pessoa vinda da Índia: *“... but yeah, the major problema comes with the language, you know.”* [P67hInd]

No entanto, se os migrantes lusófonos não encontram aparentes entraves linguísticos na comunicação com os nativos, veem-se confrontados com uma barreira cultural, tal como afirma uma pessoa brasileira: *“...e realmente foi difícil, não é encontrar algo, se adaptar a nova cultura, por mais que seja a mesma língua, é completamente diferente.”* [P14mBra]

5.1.2. A hierarquização da língua portuguesa

O português, língua do país colonizador, surgiu na altura da colonização como língua franca nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). No contexto multiétnico da migração, a língua franca torna-se muitas vezes imprescindível nas relações interpessoais. Mas, apesar de partilharem originalmente a mesma língua, o português modificou-se ao longo dos anos, moldado pelas particularidades do contexto cultural de cada um dos países lusófonos, ao ponto de surgirem desentendimentos frequentes. Consequentemente, o domínio da língua impõe indubitavelmente limitações e consequentes riscos de equívocos derivados de questões culturais.

A relação estreita entre língua e cultura foi alvo de diversos estudos desde o início do século XX. Já em 1921, o linguista e antropólogo Americano Edward Sapir afirmava que a linguagem varia de um grupo social para outro porque depende do contexto cultural no qual está inserido cada um desses grupos: *“Speech is a human activity that varies without assignable limit as we pass from social group to social group, because it is a purely historical heritage of the group, the product of long-continued social usage”* (Sapir

1921, p.2)

Sapir (1921) reconheceu a grande influência que o contexto cultural tem na elaboração do nosso discurso, comprovando assim que a comunicação não depende exclusivamente da correta utilização da gramática e do dicionário.

Na mesma senda, o antropólogo Edward T. Hall interessou-se pela complexidade da comunicação. Segundo Wendy Leeds-Hurwitz (Leeds-Hurwitz 1990), Hall foi o primeiro a falar de comunicação intercultural, acompanhando as novas orientações desenvolvidas no estudo da comunicação e a aproximação feita entre línguas e culturas: “Communication is culture and culture is communication” (Hall 1959, p.186)

Os diversos autores que se debruçaram sobre o processo da comunicação reconhecem essa ligação muito estreita entre cultura e linguagem e que a comunicação é fruto da interação entre esses dois elementos. A cultura revela-se sempre que surge um problema na linguagem, seja com a língua materna, seja na aprendizagem de uma língua estrangeira. Sendo assim, a pessoa migrante que tenha conhecimento da língua do país de acolhimento consegue apenas conversar, mas não consegue comunicar verdadeiramente. A partir daí, tomamos consciência das diferenças que existem entre nós e os outros, as nossas emoções e a nossa identidade, a nossa cultura.

Na análise que desenvolvem sobre a comunicação intercultural, Hollyday, Hyde e Kullman (Hollyday et al. 2004) afirmam que, se a língua é muitas vezes vista como uma ponte que permite estabelecer a ligação entre grupos culturais, também pode ser vista como um muro entre esses mesmos grupos, na medida em que identifica cada grupo com um conjunto de imagens e preconceitos. Essas imagens e preconceitos são o resultado de opiniões predefinidas relacionadas com a história do grupo de pertença ou com outros fatores como, por exemplo, no caso de migrantes, sabendo que os preconceitos sociais aumentam em contexto de crise social ou económica. Citamos, a esse propósito, as palavras de uma migrante brasileira entrevistada: “...por mais que todo mundo fala português, não, você fala brasileiro. A menina fala brasileiro. Não, a língua é uma só, que é o português” [P58mBra]

De facto, cada indivíduo age, consciente ou inconscientemente, com base em preconceitos que podem eventualmente facilitar a comunicação, mas que, na maior parte dos casos, vão perturbá-la, tendo um papel essencial no tipo de relação que se vai estabelecer entre os interlocutores. A situação mais propícia para a comunicação é a situação em que o outro não se sente nem julgado, nem avaliado, nem analisado, nem canalizado, mas sente-se antes alvo do interesse de alguém atento ao que diz ou faz.

De uma maneira geral, e com base nos mais diversos estudos desenvolvidos sobre a

comunicação, sobressai a importância da componente humana e psicológica, que está na origem das atitudes desenvolvidas por cada um dos interlocutores num ato de comunicação. É nessa perspetiva que entendemos esta afirmação feita por um migrante timorense, que manifesta as dificuldades que sente com a língua portuguesa, resultantes, ao que todo indica, da sua experiência influenciada por fatores históricos:

“Nível de dificuldade para mim é a língua também, porque eu cresci a falar só inglês, prefiro mais inglês do que português, e vir para Portugal não é a minha opção preferida.” [P41mTim]

Se, na realidade, o processo envolvido na conversação é bastante complexo quando os interlocutores falam a mesma língua, sê-lo-á ainda mais no caso de os interlocutores não partilharem nem a mesma língua, nem a mesma cultura, o que é o caso de muitas pessoas migrantes que procuram usar a língua inglesa como língua franca na comunicação com os nativos portugueses. Sandra Beatriz Hale corrobora essa afirmação ao referir que “Understanding each other in conversation involves a complex set of issues, which become even more complicated when two languages and two cultures are involved” (Hale 2007, p.15)

5.1.3. Os cursos de Português Língua de Acolhimento

Para facilitar a integração dos migrantes, muitas das pessoas entrevistadas afirmam que é importante frequentar um curso de Português: *“The importante thing is need to have courses in Portuguese.” [P54hMar]*

O Estado português promove cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA), criados no âmbito da Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto (alterada pela Portaria n.º 184/2022, de 21 de julho), que visam responder às necessidades de aprendizagem da língua portuguesa das pessoas migrantes em Portugal.

No entanto, esses cursos podem não dar a melhor resposta aos migrantes que os frequentam. Destacamos o testemunho de uma pessoa entrevistada a propósito desses cursos: *“C’est une note sur laquelle je vous demande d’insister sur cette note. Ils aident les gens pour s’intégrer, pour apprendre la langue. Mais ils n’ont pas une stratégie les professeurs. Même l’administration qui a organisé ça, elle n’a pas une stratégie.” [P29hArg]*

Os cursos de português também podem proporcionar uma experiência multicultural única, como destacado por uma pessoa entrevistada, que manifesta o seu contentamento por ter tido a oportunidade de conhecer e conviver com muitas outras

nacionalidades no âmbito de um curso: *“El curso de portugués allí. Mira, estudié con rusos, com árabes, marroquíes, bueno, es lo que más había. Com gente de Tailandia, de China, de Filipinas. O sea, uno conoce personas de todas partes y eso me parece que enriquece mucho. Sí, porque son diferentes culturas y he obtenido como una visión más amplia de todo.”* [P60mVen]

Sobre o mesmo assunto, vamos citar as palavras de Michael Agar, antropólogo e linguista americano, que sublinha a importância de dar ao conhecimento da cultura no nosso mundo multicultural, onde as políticas de integração, segundo as recomendações das principais instituições internacionais, deveriam visar uma maior coesão social através do diálogo intercultural, *“Culture changes you into a person who can navigate the modern multicultural world”* (Agar 1994, p. 21).

5.2. O acesso ao mercado de trabalho

*“ We asked for workers. We got people instead.”
Max Frisch, 1960*

No que diz respeito à dimensão do acesso ao mercado de trabalho em Portugal, os resultados recolhidos parecem estar em linha com o que a literatura e a investigação na área já trazem sobre o tema.

Em Portugal, grande parte da migração tem uma motivação económica (Peixoto, 2008) e a dimensão profissional assume um papel determinante nos processos de integração plena no novo país (Góis et al., 2018; Isaakyan et al., 2023).

5.2.1. As motivações económicas para a migração

Esta foi então uma das principais motivações enunciadas para justificar a mobilidade das pessoas entrevistadas, surgindo de forma explícita associada à procura de melhores condições de vida. A (i) expectativa de melhores salários, de (ii) melhores condições laborais e de (iii) mais oportunidades de construção de carreira nas áreas de formação e de interesse, bem como a (iv) oportunidade de investir na formação académica como fazendo parte de um plano futuro profissional, foram os principais motivos escutados nos discursos das pessoas participantes: *“As minhas razões são porque eu pretendia ter uma vida melhor, já que no meu país, trabalhar é muito difícil, é muito difícil encontrar um trabalho estável, e o salário no meu país é muito baixo e as coisas lá são muito caras, então estou à procura de um país com melhores condições, para a vida ser mais fácil, pretendia trabalhar, fazer dinheiro”* (...) [P50mBra]

5.2.2. Os desafios intrínsecos e extrínsecos da integração no mercado de trabalho

No entanto, apesar de ser evidente a expectativa relativa à possibilidade de encontrar melhores condições laborais, o que se constatou, paradoxalmente, é que esta é também uma das dimensões do processo de integração enunciadas como mais desafiantes, tal como nos mostra, entre muitos outros, este testemunho: *“Para nós foi muito difícil conseguir emprego, muito, e tínhamos a pressão de conseguir um contrato para ter a manifestação de interesse; então nos trabalhos não davam contrato ou eram só uma poucas horas.”* [P68mCol]

De facto, em Portugal, os dados confirmam que os processos de integração laboral das pessoas migrantes são particularmente desafiantes, refletindo-se em situações de maior precariedade e vulnerabilidade social (Oliveira & Pires, 2010; Peixoto, 2008; Góis et al., 2018). Estas dificuldades são evidenciadas (em 2022) por taxas de desemprego mais elevadas (14,3%) face às nacionais (6,1%), ocupações profissionais mais precárias e com discrepância remuneratória, mesmo no desempenho de funções semelhantes (menos 8,2% que as nacionais) e por taxas elevadas de sobrequalificação, ocupando as pessoas migrantes 31,7% dos trabalhos não qualificados, mesmo quando apresentam qualificações altas (Oliveira, 2023).

São várias as causas já estudadas que justificam este retrato e que foram também experienciadas pelas pessoas participantes no estudo. Organizamo-las considerando, por um lado, fatores intrínsecos à situação de se ser migrante e, por outro, barreiras estruturais e políticas em que acontece essa integração.

No que diz respeito aos desafios intrínsecos, ou seja, que dependem mais diretamente das próprias pessoas, os que surgiram de forma mais expressiva foram:

- O desconhecimento da língua: *“Yes, the língua. Because I found many jobs, but they need falar português. You know?”* [P54hMar]

- O desconhecimento das idiosincrasias do funcionamento do mercado de trabalho: *“O que não estava preparado era a questão do setor do trabalho. Eu não sabia, nunca tinha conversado com ninguém relativamente ao setor do trabalho. Tive que ir-me informando, não é? Andei a me inscrever em algumas plataformas para conseguir algumas entrevistas.”* [P47hAng]

- Expectativas irrealistas: *“People are just coming here, to be here to work here but the people don't know the reality, the fact that there are no the jobs, and if there are the jobs*

they to require the language.” [P61hInd]

Por outro lado, os fatores extrínsecos, ou seja, que decorrem do próprio sistema, mais verificados foram:

- Burocracia, morosidade e dispendiosidade dos processos de regularização e valorização de diplomas: *“(...) é um ciclo, porque emprego não pode sem manifestação de interesse, manifestação de interesse não pode sem emprego, sim, é um ciclo, não pode sair do ciclo.”* [P70hNen-Col]

- Precaridade das situações laborais (situações contratuais, salariais e horárias): *“O trabalho que eu tenho é pago por horas, faço limpezas e sou paga por horas, não tenho contrato, e me disseram que não iriam dar contrato.”* [P48mSol]

- Ausência de oportunidades dentro das áreas profissionais de qualificação e de interesse e dificuldade de progressão na carreira: *“(...) não consegui o trabalho mais simples da minha área, como uma assistente administrativa que fosse, e então isto mexeu muito comigo, por perceber como tudo o que eu construí a nível académico ao longo do tempo, para que eu tivesse uma profissão ou alguma coisa que eu gostasse de fazer, aqui nesse país não serve para nada.”* [P7mBra]

- Ausência de apoios: *“Então talvez falta, não sei, um programa, algo que confiável, que diga ‘ó as coisas são dessa forma que você tem que ter um currículo assim’. A maneira de se comunicar dessa forma, onde que você tem que procurar, onde que você tem que que ir. Acho que isso falta essa informação para o imigrante.”* [P03mBra]

- Racismo e discriminação interseccional: *“Agora estou nessa luta (de procura), de lutar contra quem aceita a cor e quem aceita as minhas habilidades também. (...)”* [P22hAng]

O que nos mostram estes relatos é que, para além das dificuldades acrescidas vividas num processo de adaptação e mudança, as situações de maior fragilidade de integração laboral sentidas pelas pessoas migrantes estão intimamente relacionadas com problemas estruturais do funcionamento do país e do mercado de trabalho, desde desconhecimento e falta de sensibilização por parte das entidades empregadoras e da sociedade em geral, a fenómenos de discriminação (Góis et al., 2018), bem como falta de apoio e de medidas ágeis e eficazes no suporte aos processos de integração.

Estes desafios estão a comprometer a possibilidade de construção de carreiras profissionais significativas e sustentáveis, ou seja, a possibilidade destas pessoas construírem percursos profissionais alinhados com os seus interesses, competências e habilitações. Apesar de no grupo de entrevistados/as a taxa de desemprego ser

“apenas” de 28,9%, a grande maioria dessas pessoas (77%) está a trabalhar fora das áreas de interesse e não perspetivam melhorias na sua condição laboral: *“É assim, na verdade a mudança que eu senti foi no trabalho, porque no meu país estava noutra nível de trabalho, e aqui vim e tive de trabalhar nas obras, o que para mim foi muito difícil”* [P48mSal]

5.2.3. Do desalinhamento entre expectativas iniciais e realidade vivida

Verifica-se, claramente, um desalinhamento entre as expectativas iniciais e as oportunidades profissionais que encontram no mercado de trabalho em Portugal, ocupando estas pessoas sobretudo os trabalhos do setor secundário, denominados de 3D (Dirty, Dangerous & Difficult), tal como descreve a Teoria Dual do Mercado de Trabalho (De Haas et al., 2020). Mesmo quando há alguma perspetiva de melhorar a condição profissional, é partindo sempre de um ponto de recomeço e não de continuidade aos percursos profissionais que trazem dos seus países de origem.

As pessoas migrantes funcionam como fonte de mão-de-obra adicional, preenchendo lacunas que os trabalhadores nativos não conseguem ou não querem ocupar (Oliveira & Pires, 2010). Perante esta oportunidade, disponibilizam-se a aceitar trabalhos pouco atrativos por, ainda assim, possibilitarem uma melhoria salarial e de outras oportunidades, quando comparado com os seus países de origem (De Haas et al., 2020). Mas esta é uma melhoria relativa, na medida em que ficam expostas a situações de grande desigualdade, insegurança e precariedade laboral.

A presença de pessoas migrantes no mercado de trabalho funciona ainda como uma estratégia de reprodução social, sublinhando relações de poder, desigualdades e exploração, em benefício das sociedades de destino. Tal como descreve a Teoria Dual, ela surge, sobretudo, da recusa das pessoas nativas em exercer determinado tipo de trabalhos (os que fazem parte do mercado secundário), conotados como de baixo estatuto. Se para a seleção de trabalhadores para o mercado de trabalho primário contribui, para além dos seus diplomas e competências formais, a sua pertença a grupos étnicos e/ou sociais majoritários, (Oliveira & Pires, 2010), inversamente, os trabalhadores do mercado secundário, são prejudicados pela falta de reconhecimento formal de diplomas estrangeiros, bem como pelo género, raça e estatuto legal incerto ou irregular (De Haas et al., 2020). Ora, esta situação abre então espaço para situações de sobrequalificação, com pessoas migrantes altamente qualificadas a desempenharem funções no mercado de trabalho secundário e, muitas vezes, na economia informal (Oliveira & Pires, 2010), tal como nos mostram os testemunhos das pessoas

entrevistadas. Assim, o trabalho migrante é frequentemente apresentado como uma necessidade objetiva das economias, com benefícios mútuos (De Haas et al., 2020), quando serve, sobretudo, a estratégia de reprodução social (designadamente das desigualdades) e a manutenção dos estatutos sociais.

5.2.4. Fatores Facilitadores

Apesar de terem surgido de forma menos expressiva, foram também enumerados alguns fatores facilitadores no acesso ao mercado de trabalho.

A (i) facilidade em arranjar trabalho foi um deles, comparando com os seus países de destino. Apesar de parecer contraditório, pois foi também enunciado como um dos principais desafios, a verdade é que, quando surge, este fator facilitador refere-se à facilidade em arranjar trabalho e não a emprego, ou seja, trabalhos que, mesmo que precários e fora das áreas de qualificação, permitem tirar um rendimento base para assegurar as principais responsabilidades financeiras, tal como podemos perceber neste relato: *“Para mim, aqui há sempre trabalho, apenas necessitamos de documentos, mas o que mais gosto é que sempre é preciso de gente para trabalhar; há sempre trabalho, ainda que seja mais forte (precário), isso é positivo (...) [P48mSol]*

Outro fator facilitador referido foram as (ii) iniciativas de apoio. Apesar de poucas pessoas terem referido ter tido acesso a algum tipo de medida de apoio específica na área do emprego e empregabilidade, as que tiveram referem-no como uma experiência muito positiva e muito útil para a construção dos seus percursos profissionais em Portugal: *“Foi muito importante, porque também através desse espaço ter acesso a outras pessoas imigrantes que estão a tentar entender como é que podem fazer o processo de integração profissional em Portugal, acho que foi muito bom.” [P16mMoç]*

E mesmo quem não teve estes apoios reconhece a sua importância, sobretudo como forma de ficar a conhecer melhor o funcionamento do mercado de trabalho em Portugal e receber orientação: *“Então talvez falta, não sei, um programa, algo que confiável, (...) que (diga) que você tem que ter um currículo assim. A maneira de se comunicar, onde que você tem que procurar, onde que você tem que ir. Acho que isso falta essa informação para o imigrante.” [P03mBra]*

Parece predominar no país uma tendência de considerar o processo de integração laboral das pessoas migrantes de uma forma desbiografada e de acordo com uma noção estritamente linear de evolução ao longo do tempo, em que o migrante deve passar do estado “desempregado” e por isso “desintegrado”, para o estado “empregado”, logo, “integrado”. As pessoas migrantes são vistas como uma folha em

Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória

branco, sendo-lhes exigido que comecem de novo quando entram nos países de acolhimento; são encaradas como as únicas responsáveis pelos seus processos de integração, devendo avançar numa trajetória que acaba por conduzir ao trabalho e, portanto, à integração (Fangen, 2010, citado por Gubrium & Leirvik, 2022).

Os resultados deste estudo, no que diz respeito a esta dimensão, confirmam esta tendência e sublinham a importância de se reverem as políticas e as práticas de integração laboral para as pessoas migrantes.

6. Resultados: Discriminação percebida e questões de género

“Uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas”
Grada Kilomba, 2019

6.1. Discriminação percebida

A discriminação e a xenofobia continuam a ser questões centrais nas sociedades contemporâneas, especialmente em contextos de migração. Embora muitas pessoas não reconheçam ou não sintam discriminação de forma direta, as narrativas dos migrantes revelam uma realidade multifacetada e complexa. Este relatório analisa as experiências de discriminação percebida por migrantes, com base em entrevistas realizadas a diferentes participantes, incluindo indivíduos oriundos do Brasil, Angola, Moçambique e outros países lusófonos. Através das suas palavras, procuramos compreender os diferentes tipos de discriminação vividos, como microagressões, discriminação estrutural e as dinâmicas de poder presentes nas interações sociais e profissionais.

6.1.1 Perceção de Discriminação e Xenofobia em Espaços Públicos e Digitais

Embora muitos dos participantes não relatem uma sensação generalizada de discriminação, vários observaram e vivenciaram situações que envolvem xenofobia em discursos públicos e em plataformas digitais. A experiência de discriminação parece ser particularmente forte nas interações informais, onde comentários preconceituosos são feitos abertamente. Por exemplo, um dos participantes descreveu uma situação em que ouviu comentários discriminatórios por parte de idosos em paragens de autocarro: *“I have seen discrimination on social media also. When I'm on the also station on the bus stop. I hear like. Old people talking and say like bad things to. [...] I can notice that on social media comments there are a lot of racism, a lot of discrimination, also a lot of discrimination towards the Brazilians.”* [P08mHon]

Essas observações indicam um padrão de discriminação verbal em espaços públicos, o que sugere que, embora as pessoas possam não reconhecer a discriminação como algo constante, esta manifesta-se com frequência, principalmente através de atitudes e discursos xenófobos.

6.1.2. Discriminação encoberta e quotidiana

Outro aspeto importante abordado pelos participantes foi o fenómeno de episódios de

discriminação subtil e regular. Estes atos de discriminação são frequentemente subtis e nem sempre percebidos como tal pelos agressores, mas têm um impacto significativo sobre os que os experienciam. Como um dos participantes relata, a xenofobia pode manifestar-se de forma disfarçada, muitas vezes através de piadas, que podem ser minimizadas ou ignoradas pelas pessoas ao seu redor:

“Uma xenofobia, mas foi uma coisa muito aquela xenofobia velada, sabe, em forma de piada, enfim, que eu realmente tento não deixar isso me afetar” [P01mBra]

“é uma coisa que está tão enraizado neles que eles não percebem, não é? Por exemplo: “Ah, não, você fala brasileiro”, sabe? Não eu falo português, sabe? É o português com um sotaque brasileiro, mas eu falo português. Eu, eu ouvi muitas vezes em contextos de não discriminatórios, em contextos em que a pessoa queria só dizer que é diferente” [P05hBra]

Essas microagressões, muitas vezes desconsideradas como discriminação, acabam por perpetuar estereótipos e reforçar uma noção de "outro", que é vista como inferior ou diferente.

6.1.3. Reconhecimento de Privilégio e Discriminação Contra Outros Grupos

Vários entrevistados reconheceram que, apesar de enfrentarem discriminação, estavam numa posição relativamente privilegiada em comparação com outros grupos migrantes, especialmente aqueles de países não lusófonos ou com características visíveis mais distintas. Por exemplo, um participante das Honduras observou que, os latino-americanos sofrem discriminação mais intensa: *“this is the personal perception that most legal discrimination in the country can be towards other Portuguese speaking countries, but particularly to Latin Americans”* [P02hHon]

Por outro lado, um participante latino-americano refere que a discriminação é pior com outros grupos: *“Assim do que eu vi, né, da minha experiência, isso não estou trazendo nenhum dado científico, é a discriminação contra os indianos. E falam muito da, falam que eles são sujos, falam que, né, é uma cultura realmente muito diferente da nossa, né, muito estranha, e acho que é diferente.”* [P05hBra]

Além disso, também mencionaram a discriminação que afeta outras comunidades, como os ciganos, que enfrentam um nível de marginalização mais profundo: *“Eu vejo também muito desgosto, muito incómodo com os indianos. A gente é muito discriminada porque nós somos muitos, né? Eles são mais discriminados porque eles são mais diferentes. E a coisa que eu ainda acho maluca, é ver que o povo cigano, né, o povo*

Roma, sofre uma discriminação como se não fossem portugueses.” [P05hBra]

Essas observações sugerem que, embora os migrantes brasileiros partilhem algumas das dificuldades enfrentadas por outros grupos, como os indianos ou os ciganos, julgam ainda gozar de algum privilégio, seja pela língua comum ou pela maior visibilidade social. Isto parece comportar uma lógica em que cada nacionalidade identifica uma nacionalidade mais discriminada do que a sua própria.

6.1.4. Discriminação no Ensino Superior e no Mercado de Trabalho

As entrevistas também revelaram que a discriminação se manifesta de maneira significativa no acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. No contexto académico, a dificuldade de adaptação foi mencionada, com um participante a destacar a falta de maturidade percebida em relação aos estudantes portugueses: *“os estudantes são completamente diferentes do que eu conhecia no Brasil, acho que aqui tem uma... Eles não tem uma maturidade para aquele nível que nós chegamos. Também sem querer discriminar ninguém, mas foi muito difícil para mim me encontrar e conseguir acompanhar aquilo ali.” [P07mBra]*

Além disso, foram comuns experiências de exclusão no mercado de trabalho, conforme retrato no ponto 4.2. do presente relatório. Um participante relatou que a falta de fluência em português foi um obstáculo significativo na procura de emprego: *“Tive apenas uma resposta de trabalho e essa única resposta me deu a negativa dizendo que eu não poderia trabalhar porque eu não falo português.” [P09mBra]*

Essas situações evidenciam como a língua pode ser um fator decisivo na discriminação profissional e como a barreira linguística pode marginalizar ainda mais os migrantes, dificultando a sua integração plena, mesmo as diferenças não sendo tão significativas, como é o caso do Português do Brasil.

6.1.5. Discriminação Múltipla: Nacionalidade e Idade

Em alguns casos, a discriminação não se restringe a uma única variável, mas surge da interseção de múltiplas identidades, como a nacionalidade e a idade. Um exemplo disso é a percepção de que as mulheres migrantes, especialmente mães, enfrentam discriminação devido à sua condição, o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho: *“Eu simplesmente não fui chamada e a única resposta que eu dei na altura que me pareceu não ir de acordo com eles foi a questão da maternidade. Então pensar que para as mulheres que são mães, o ser mãe pode ser impeditivo para terem um*

trabalho quando têm competências para todas outras coisas, foi para mim uma realidade nova, porque isso nunca tinha acontecido antes, não é?” [P16mMoç]

Além disso, foi observado que a discriminação tende a ser mais pronunciada em pessoas de mais idade, o que se reflete nas experiências de discriminação enfrentadas por migrantes de idade avançada: *“com amigos próximos eu já vi muitas coisas, muito preconceito, e não só brasileiros, mas outras nacionalidades, seja Angola, Cabo Verde, e eu acho que existe, infelizmente existe essa desigualdade, mas muito mais em pessoas, acho que com mais idade, do que as pessoas mais jovens.” [P13mBra]*

Outro dado relevante identificado nos resultados diz respeito às vivências e percepções de discriminação interseccional e violência, principalmente vivenciadas por pessoas oriundas de países com menor representatividade migratória na Europa. Segundo os/as participantes estes/as enfrentam níveis mais elevados de discriminação interseccional, manifestada em barreiras linguísticas, sexismo, racismo e xenofobia.

“The South Arab, for example, they thought that they are criminals. (...) But no, they are not criminals. The criminals, you can know them just from the videos. Because everybody just in TikTok, (...) And Portuguese, they (...) thought that everybody, they are criminals like this.” [P19hMar]

6.1.6. Discriminação Direta em Contextos Pessoais e Profissionais

Por fim, muitos dos participantes relataram situações de discriminação direta em vários contextos, incluindo serviços públicos e profissionais. Um exemplo claro de discriminação ocorreu durante uma tentativa de ingresso numa instituição, onde uma participante foi tratado de forma desigual e apenas ofereceram alojamento como compensação por trabalho, sem uma justificação plausível: *“eu fui convidada para fazer um projeto com uma pessoa e numa instituição, e na hora lá da das tratativas para ver a questão de valores e quantas vezes por semana eu ia estagiar e tudo mais, a pessoa me falou que ela só tinha para me oferecer um quarto com uma cama, basicamente.” [P03mBra]*

Além disso, o tratamento xenófobo no dia a dia, como no caso de chamadas de trabalho ou interações em filas, também foi amplamente reportado: *“Diariamente, pelo menos uma chamada que eu tenho, tem um tratamento xenofóbico, mesmo para o lado pessoal, bom, aquilo que todo mundo já sabe, que é o comum de se ouvir: Ah, volta para tua terra; não estou a perceber; não percebo nada que tu dizes, e é por aí.” [P09mBra]*

Essas experiências de discriminação direta revelam uma realidade em que os migrantes são tratados de forma desigual com base na sua nacionalidade, língua ou aparência.

6.1.7. Estratégias de Adaptação

Alguns participantes relataram estratégias de adaptação para lidar com a discriminação, como tentar evitar chamar a atenção para a sua nacionalidade, especialmente em contextos públicos ou em interações sociais onde percebem que a sua identidade pode ser uma fonte de discriminação: *“Mas eu já fiquei com situação de não querer abrir a boca, mais do começo assim de, sabe, eu estava arrumando meus documentos da segurança social e pessoal estava na fila, e estava demorando, tinha pessoa fazendo barraco lá na frente, aquela coisa assim. Eu quieto, esperando, e uma pessoa vir reclamar, falar comigo assim, sabe, tipo compartilhar a frustração. Eu pensei “Não quero falar com... Não quero falar que ele vai saber que sou brasileiro e ele vai me ver na fila da segurança social; ele vai achar que eu estou querendo fazer, sabe, aquele pensamento errado dele que a gente está ali para poder ter benefícios e tudo mais”. Na verdade, estava lá para pagar, sabe?”* [P05hBra]

Essas estratégias refletem uma tentativa de se protegerem de situações de discriminação, minimizando o impacto que podem ter na sua vida social e emocional.

6.2. Migrações e questões de género

Percebemos que, tal como a literatura elenca, a migração de pessoas representa um dos fenómenos sociais mais importantes do final do século XX e início do século XXI. Os resultados fruto da diversidade máxima a que nos propusemos mostram isso mesmo. Os fluxos migratórios no Grande Porto, assim como em todo o mundo, são um fenómeno corporizado como altamente complexo (Haas et al., 2020), que atravessa fronteiras físicas e simbólicas, moldando profundamente as dinâmicas sociais, económicas e culturais dos indivíduos (nacionais e não nacionais) e as suas respetivas comunidades.

6.2.1. Genderização das migrações

A realidade migratória em Portugal acompanha as tendências globais, particularmente no que diz respeito à genderização das migrações (Oliveira, 2023). Trata-se de um processo iniciado tanto por homens como por mulheres, de diferentes nacionalidades, idades, etnias e culturas, ocorrendo tanto de forma individual como através da migração familiar.

No decurso do Estudo, quando analisados os resultados sob a perspetiva de género, a migração revela um conjunto de desafios específicos que se fazem refletir em desigualdades estruturais e transformações identitárias (Amelina & Lutz, 2019).

De facto, nos resultados é perceptível de uma forma bastante clarividente as intersecções entre migração, feminilidade e masculinidade, problematizando as experiências de mulheres e homens migrantes e destacando as suas implicações face ao processo de adaptação e inclusão em Portugal e, especificamente, no Grande Porto.

Pelos resultados do Estudo percebemos que, apesar de termos mais mulheres a participar (57,53%), o número de homens foi muito significativo (42,47%), o que nos permitiu aceder a discursos bastante expressivos das suas múltiplas vivências e perceber que a experiência migratória é vivida de forma diferenciada por mulheres e homens, em função das construções sociais de género tradicionais.

Contudo, e apesar de homens e mulheres relatarem enfrentar obstáculos estruturais e sociais a nível da regularização, inserção no mercado de trabalho, requalificação profissional, habitação e custo de vida, os desafios na sua mobilidade são muito diferentes consoante as condições específicas, nomeadamente face ao género.

Algumas das participantes referem que as mudanças que se operacionalizaram após a migração levaram a um acréscimo de responsabilidades, o que trouxe desafios na conciliação entre a sua vida pessoal, familiar e profissional. Esta situação, além de as sobrecarregar, por vezes gera conflitos com os parceiros que, ao estarem habituados a um certo *status quo*, não vêm com bons olhos estas mudanças tão substanciais no seu modo de vida familiar já que desafiam as suas normas de género e culturais pré-estabelecidas.

"Eu vim sozinha com os meus filhos para encontrar o meu marido. [...] Nunca tinha vivido sem depender dele, mas agora estou a estudar e a tentar equilibrar tudo. Isso tem gerado alguns conflitos, porque ele não está acostumado com essa dinâmica." [P59mInd]

6.2.2. Papéis sociais de género

Se para algumas participantes a migração para Portugal representa uma oportunidade de reavaliarem os seus papéis sociais de género e a sua identidade, muitas enfrentam desafios ao tentarem conciliar as expectativas culturais de feminilidade do país de origem com as novas possibilidades e formas de 'serem mulheres' em Portugal. Em particular, para aquelas que assumem papéis de género não tradicionais, como liderar

o processo migratório ou prosseguir estudos enquanto os parceiros as acompanham, sentem que isso gerou também conflitos internos e externos, refletindo as tensões entre diferentes modelos culturais.

Por outro lado, algumas participantes relataram maiores dificuldades em encontrar emprego, o que resulta numa percepção de maior vulnerabilidade, uma vez que ao estarem economicamente dependentes dos/as seus/suas parceiros/as, sentem uma maior insegurança habitacional e enfrentam obstáculos no acesso aos seus direitos de cidadania. Esta situação foi descrita como um fator adicional de ansiedade, afetando desproporcionalmente as mulheres, sobretudo quando se encontram em contextos de instabilidade emocional e profissional e quando o seu estatuto depende de vistos de reagrupamento familiar ou de outras condições controladas por terceiros.

Algumas participantes sublinharam que a ausência de estruturas de apoio à infância dificulta e torna a sua integração laboral mais complexa, como ilustrado no seguinte testemunho,

"Agora tenho que estar a cargo de minha filha porque é mais difícil conseguir uma creche para ela, então agora não posso trabalhar. [...] Agora tenho que trabalhar de noite se quero trabalhar." [P30mCol]

Para a maioria, verificou-se o fenómeno que Kilkey (2014) designa como *deskilling*, ou seja, a dificuldade em encontrar empregos compatíveis com as suas formações de base e a falta de reconhecimento das suas competências. As participantes mencionaram frequentemente a precariedade laboral e os obstáculos para acederem a oportunidades profissionais adequadas às suas qualificações, o que reforça as desigualdades de género na economia local,

"Eu trabalho... mas não tenho contrato. [...] Então isso foi muito difícil..." [P46mBra]

Este cenário limita a mobilidade social das mulheres migrantes, perpetuando estereótipos de género e relegando-as para setores de trabalho desvalorizados e vulneráveis, como o trabalho doméstico ou os cuidados a terceiros,

"Aqui o que me tem mal, assim às vezes me põe desanimada, que eu digo, 'Deus meu, já não sou ninguém, já estudei tanto e realmente é como se não tivesse feito'. [...] Tenho que convalidar [os diplomas] para exercer." [P60mVen]

As mulheres assumem um papel central na criação e manutenção de redes de apoio. Estas recorrem a grupos nas redes sociais, comunidades locais e programas de formação de modo a mitigarem o isolamento social e as dificuldades básicas e de

adaptação,

"Procurei a Cruz Vermelha... uma professora me pediu... conversando comigo... e eu fui lá... e chegando lá... as pessoas... os profissionais... me acolheram... me explicaram... me ajudaram muito." [P46mBra]

"[...] eu descobri um grupo de caminhada de mulheres negras no Porto e a partir deste grupo eu faço ligação com muitos outros projetos e muitos outros espaços" [P16mMoç]

6.2.3. Interseccionalidade

Foram relatados episódios de discriminação sexista, racista e xenófoba, evidenciando barreiras adicionais à integração social. A intersecção entre género, questões étnico-raciais e classe aprofunda essas dificuldades, especialmente no acesso ao mercado de trabalho, no acesso à habitação e na mobilidade social.

"É sempre estar ali com medo em questões de xenofobia e racismo, que a gente vê e acaba quase diariamente nos transportes públicos, das pessoas empurrando ou falando volta para o seu país, ou preto, não sei o que, sai daqui. Isso, para mim, é o que me deixa mais angustiada" [P58mBra]

"Eu sou advogada criminalista no Brasil, formada em Criminologia. [...] muita dificuldade de encontrar um lugar para morar. [...] Por ser brasileira, pediam três, seis meses de caução." [P58mBra]

As questões de segurança foram também ressaltadas pelas participantes como algo que sentem que está a mudar na cidade,

"Sinceramente, o Porto já está a trocar um pouco. Quando eu cheguei, eu senti imensa segurança, há 6 anos, 7 anos isto era uma maravilha. [...] Mas agora está a ficar tão insegura, está a ficar mais perigoso. Sinceramente, escutamos nas notícias que na Trindade [...] há miúdas que estão a ser agredidas sexualmente." [P69mEquiPor]

Embora a experiência de segurança em Portugal seja vista como positiva pela maioria dos/as participantes, o receio de discriminação social ou questões de violência sexual continua a ser uma preocupação em espaços públicos e privados, principalmente para as mulheres migrantes.

6.2.4. Desafios psicológicos e de género

Foram amplamente relatadas experiências de solidão, tristeza e isolamento social, sobretudo devido à rutura com redes de apoio no país de origem,

"Muda tudo. [...] Não estás com a tua família, os horários são diferentes, não consegues falar com eles nas mesmas horas que falavas antes. Eles têm que se acostumar a isso e nós também. Muda tudo." [P68mCol]

Para os participantes do sexo masculino, a dificuldade em arranjar empregos compatíveis com as suas habilitações académicas esteve também presente. Muitos destacaram a frustração com a perda de *status* profissional, mesmo quando conseguem emprego na sua área de formação,

"Eu sou engenheiro de informática [...] Estou a lutar desde o ano passado, mas não consegui avançar por questão financeira. [...]" [P47hAng]

Os resultados indicam que muitos homens relataram sentir uma pressão adicional associada ao seu papel social de género, especialmente quando enfrentam dificuldades em assumir o papel de principais provedores da família (*breadwinners*) devido à instabilidade financeira ou à dificuldade em encontrar emprego.

De facto, a adaptação ao novo contexto cultural e laboral é descrita como um desafio que exige resiliência e reinvenção da sua própria noção de masculinidade,

"Minha esposa está a liderar o nosso processo de adaptação, porque ela conseguiu um emprego mais cedo. [...] Em Angola, nunca pensei que o papel de provedora poderia mudar assim." [P38hAng]

"Eu vim acompanhar a minha parceira, que está a estudar aqui, enquanto eu trabalho em algo fora da minha área. [...] Foi um desafio entender que o papel de liderança agora é mais dela do que meu." [P58mBra]

Parece, pois, que a migração pode-se constituir como uma oportunidade para desconstruir masculinidades hegemónicas, abraçando papéis de apoio e cuidado anteriormente reservados às mulheres.

Em alguns casos, a necessidade de aceitar empregos em setores de menor prestígio ou fora das suas áreas de formação impactou negativamente a sua autoestima e o seu autoconceito.

Alguns homens reconhecem os privilégios que têm, seja em termos de nacionalidade, profissão ou qualificação, mas também destacam como esses privilégios podem ser anulados em contextos migratórios devido a preconceitos ou exclusões sistemáticas.

Contudo, a comparação entre as suas condições e as de outras pessoas migrantes reflete uma tensão entre expectativas e a realidade e o sentir-se privilegiado/a e marginalizado/a simultaneamente,

Em Angola, tinha um certo status por causa da minha profissão e da família. Mas aqui, sendo imigrante, é como se perdesse isso. [...] Olho para outros imigrantes e percebo que tenho mais oportunidades por ser homem e ter formação, mas ainda assim, sinto que não sou reconhecido pelo que já fiz.” [P44mAng]

“Tenho um emprego estável, mas vejo muitos que vieram comigo de África a trabalhar em condições muito piores. Sinto-me privilegiado por ter encontrado algo rápido, mas ao mesmo tempo percebo que não temos as mesmas oportunidades que os portugueses.” [P66mGui]

Desta forma, os resultados evidenciam que a migração não é um processo neutro em termos de género, sendo fundamental adotar um olhar atento às desigualdades estruturais que impactam de forma distinta homens e mulheres. Enquanto as mulheres migrantes enfrentam desafios acrescidos relacionados com a sobrecarga de responsabilidades familiares, a precariedade laboral e a dependência económica, os homens lidam com a pressão social de serem os principais provedores e com a perda de status profissional. Estas dinâmicas, enraizadas em construções sociais de género tradicionais, revelam que a adaptação ao novo contexto migratório pode ser tanto um espaço de oportunidade para a reconfiguração das identidades de género como um fator gerador de tensão e vulnerabilidade. Assim, qualquer política de integração deve considerar estas diferenças, promovendo estratégias que garantam a equidade de género e o reconhecimento das múltiplas formas de inserção dos migrantes na sociedade portuguesa.

7. Considerações finais

O estudo realizado permitiu aprofundar o conhecimento sobre os percursos migratórios, as motivações e os desafios enfrentados por pessoas migrantes recém-chegadas à região do Grande Porto, evidenciando a complexidade deste fenómeno e a multiplicidade de fatores que o condicionam. A decisão de migrar das/os participantes é muito diversificada resultando muitas vezes de uma conjugação de fatores de cariz económico, académico/educacional, social, político e/ou familiar.

Estes percursos são frequentemente desencadeados por situações de vulnerabilidade, insegurança e precariedade nos países de origem.

Embora existam diferentes motivações, como a procura de melhores condições de vida, segurança, investimento académico ou reagrupamento familiar, a integração em Portugal nem sempre correspondeu às expectativas iniciais. Os resultados demonstram um claro desalinhamento entre essas expectativas e a realidade experienciada, sobretudo no acesso ao mercado de trabalho, onde prevalece a precariedade, a desvalorização profissional e a dificuldade de reconhecimento das competências educacionais e profissionais adquiridas nos países de origem.

A análise evidenciou, igualmente, que o processo de integração é condicionado por barreiras linguísticas, discriminatórias e estruturais, sendo a língua um elemento-chave, mas insuficiente para garantir uma integração plena. As diferenças culturais e as desigualdades sociais perpetuam situações de discriminação, preconceito e exclusão, sentidas tanto na procura de habitação, acesso a serviços, a nível laboral e nos diversos contextos públicos.

As pessoas migrantes lidam persistentemente com formas subtis e encobertas de racismo, assim como de dinâmicas institucionais e estruturais que o reproduzem.

Paralelamente, os resultados do estudo demonstram que as questões de género assumem um papel determinante nas experiências migratórias. As mulheres migrantes enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades familiares e profissionais, dificuldades acrescidas no acesso ao emprego e maior vulnerabilidade socioeconómica. Por seu lado, os homens migrantes confrontam-se frequentemente com a perda de estatuto social e profissional, exigindo-lhes uma reconfiguração das suas identidades de género e conseqüentemente uma reconfiguração dos papéis sociais de género.

Todos os desafios encontrados conjugados com a perda de rede social de suporte, a saudade da família alargada, das suas tradições e cultura acarreta conseqüências psicológicas para estas pessoas.

Conclui-se, assim, que o processo migratório não pode ser compreendido de forma linear nem neutra. Ele resulta de dinâmicas interseccionais, nas quais género, classe, etnia, nacionalidade e condições socioeconómicas se entrecruzam e influenciam as trajetórias e oportunidades de integração das pessoas migrantes. Os resultados deste estudo sublinham a necessidade de políticas públicas integradas e sensíveis às questões de género e à cultura, capazes de combater as desigualdades estruturais, promover condições dignas de integração laboral e social e garantir a efetiva garantia dos direitos fundamentais das pessoas migrantes em Portugal.

Embora a discriminação percebida seja multifacetada e difícil de definir, está profundamente enraizada em várias esferas da vida dos/as imigrantes, desde a interação interpessoal em espaços públicos até às dinâmicas mais complexas do mercado de trabalho e da educação. Os episódios de discriminação subtil e quotidiana, discriminação estrutural e privilégio propiciam desafios significativos na sua integração social e profissional. O reconhecimento dessas formas subtis e diretas de discriminação é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Importa sublinhar que este é um estudo de natureza exploratória e contextualizada, pelo que os resultados não são passíveis de generalização à totalidade da população imigrante. No entanto, constitui um contributo relevante para a caracterização da realidade migratória na região, oferecendo pistas significativas para a reflexão e intervenção. Os dados recolhidos evidenciam que a construção de uma sociedade plural e justa, assente no respeito dos direitos humanos, nos princípios democráticos, na valorização da diversidade e na garantia da liberdade e do bem-estar de todas as pessoas, requer uma compreensão aprofundada das interligações entre as dinâmicas culturais e sociais que se vivem num determinado território e num dado momento histórico.

Referências

- Agência para a Integração, Migrações e Asilo. (2024). *Relatório de Migrações e Asilo 2023*. Disponível: <https://aima.gov.pt/documents/rma-2023.pdf>
- Agar, M. (1994). *Language Shock, Understanding the Culture of Conversation*. William Morrow.
- Amelina, A., & Lutz, H. (2019). *Gender and Migration: transnational and intersectional prospects*. Routledge.
- Bastia, T., Datta, K., Hujo, K., Piper, N., & Walsham, M. (2022). Reflections on intersectionality: a journey through the worlds of migration research, policy and advocacy. *Gender, Place & Culture*, 30(3), 460–483. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2022.2126826>
- Castles, S., & Miller, M. (1993). *The age of migration: International population movements in the modern world*. Palgrave Macmillan.
- Conselho da Europa (1950). *Convenção Europeia dos Direitos Humanos*. Roma, 4 de novembro de 1950. <https://www.echr.coe.int/>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Intersectionality* (2nd ed.). Polity Press.
- Corbet, S., & Charles, L. (2020). Populism and Extremism: The Immediate Political Challenges to Europeanism. *Geoforum*, 102, 218-221.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241-1299.
- Crenshaw, K. (2017). *On Intersectionality: Essential Writings*. Faculty Books.
- Creswell, J. & Creswell, D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed*. Sage.
- Everuss, L. (2023). Everyday sovereign exclusion: Conceptualising police violence and deaths in custody as a racial production of homo sacer. *Distinktion: Journal of Social Theory*, 24(3), 383–404. <https://doi.org/10.1080/1600910X.2023.2220933>
- European Commission (2020). *New Pact on Migration and Asylum*. <https://www.consilium.europa.eu/en/policies/eu-migration-asylum-reform-pact/>

Fonseca, L., Esteves, A. & Moreno, L. (2021). «Migration and the reconfiguration of rural places: the accommodation of difference in Odemira, Portugal». *Population, Space and Place* 10.1002/psp.2445 <https://hdl.handle.net/10451/47599>

Fontanella, B., Ricas, J. & Turato, E. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad. Saúde Pública*, 24(1): 17-27.

Fernández García, B.; Salgado, S. (2020). Populism by the People: An Analysis of Online Comments in Portugal and Spain. *International Conference on Social Media and Society*, 210–19. <https://doi.org/10.1145/3400806.3400831>.

Foucault, M. (1975/2003). *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. (R. Ramalheite, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes.

França, T., & Padilla, B. (2021). Tecendo experiências migratórias: brasileiras em Portugal: entre o preconceito e a sexualização. Em Gláucia de Oliveira Assis, Thais França, Beatriz Padilla (Eds.). *Gênero e mobilidades no tempo presente* (pp.25-56). Todapalavra. <http://hdl.handle.net/10071/26104>

Góis, P., Marques, J. C., Valadas, C., Leite, A., & Nolasco, C. (2018). *Discriminação no recrutamento e acesso ao mercado de trabalho de imigrantes e portugueses de origem estrangeira* (Vol. 63). Observatório das Migrações, ACM, IP.

Gomes, M. (2018). Gênero, Colonialidade e Migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a “Brasileira Imigrante” em Portugal. *Política & Sociedade*, Vol. 17, No. 38

Grosfoguel, R., Oso, L., & Christou, A. (2015). ‘Racism’, intersectionality and migration studies: Framing some theoretical reflections. *Identities*, 22(6), 635–652. <https://doi.org/10.1080/1070289X.2014.950974>

Gubrium, E., & Leirvik, M. S. (2022). Taking Time Seriously: Biographical Circumstance and Immigrant Labor Integration Experience. *Journal of International Migration and Integration*, 23(1), 303–320. <https://doi.org/10.1007/s12134-021-00830-4>

Haas, H., Castles, S. & Miller, M., (2020). *The age of migration: International population movements in the modern world*. Macmillan International y Red Globe Press.

Hale, S. B. (2007). *Community Interpreting*. Palgrave Macmillan UK.

Hankivsky, O. & Hunting, G. (2022). From Gender Mainstreaming towards Mainstreaming Intersectionality". In Marina Morrow, Olena Hankivsky and Colleen Varcoe, *Women's Health in Canada: Challenges of Intersectionality* (pp. 186-208). Toronto: University of Toronto Press. <https://doi.org/10.3138/9781442623958-011>

Hollyday, A., Hyde, M., & Kullman, J. (2004). *Intercultural communication – an Advanced Resource Book*. Routledge.

International Organization for Migration (2024). *World Migration Report 2024*. IOM.

Isaakyan, I., Triandafyllidou, A., & Baglioni, S. (2023). A Long Journey of Integration. In I. Isaakyan, A. Triandafyllidou, & S. Baglioni (Eds.), *Immigrant and Asylum Seekers Labour Market Integration upon Arrival: NowHereLand* (pp. 209–231). Springer.

Kilkey, M. (2014). Men's mobilities and gendered migration: Exploring the intersection of men's migration and fathering. *Geography Compass*, 8(3), 190–200.

Kilomba, G. (2022). *Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Orfeu Negro.

Kukreja, R. (2023). Introduction: Everyday bordering regimes and transitioning masculinities of racialized migrant men: a case study of the EU. *NORMA*, 18(4), 243–260. <https://doi.org/10.1080/18902138.2023.2263104>

Leeds-Hurwitz, W. (1990). Notes in the history of intercultural communication. *Quarterly Journal of Speech*, 76(3), 262-281.

McCall, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 30(3). <https://doi.org/10.1086/426800>

Mbembe, A. (2014). *Crítica de razão negra*. Antígona.

Mezzadra, S., & Neilson, B. (2024). Critical border studies. Em Clyde W. Barrow (Ed.), *Encyclopedia of critical political science* (pp. 157–161). Edward Elgar.

Oliveira, C. (2023). *Indicadores de Integração de Migrantes: Relatório Estatístico Anual*. Observatório das Migrações.

Oliveira, C., & Pires, C. (2010). *Imigração e Sinistralidade Laboral*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural - Observatório da Imigração.

Parker I. (1998). *Social Constructionism, Discourse and Realism*. Routledge.

Peixoto, J. (2008). Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes. *SOCIUS, Instituto de Economia e Gestão, 2*(Migrações), 19–46.

Sapir, E. (1921). *Language – An introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace and Company.

Sassen, S. (2014). *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt6wpqz2>

Tuck, E., & Yang, K. W. (2012). Decolonization is not a metaphor. *Decolonization: Indigeneity, Education & Society, 1*(1), 1–40.

United Nations General Assembly (1948). Universal Declaration of Human Rights Accessed via UNICEF Brazil. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas, 22*(44), 203-220.